

Procuradoria Geral da Justiça

Procurador Geral: Carlos Augusto Guerra de Holanda

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA - PGJ-CGMP nº 001/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO e O CORREGEDOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que os expedientes relacionados à infância e juventude oriundos do “Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Disque 100” ou do serviço “Disque Denúncia”, via de regra, reclamam, no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, exclusivamente a atuação do Conselho Tutelar, visando à aplicação de medida protetiva dentre aquelas previstas nos incisos I a VI do art. 101 da Lei Federal no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

**CONSIDERANDO** que o Conselho Tutelar é o órgão do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente com atribuição primária para a aplicação de medidas protetivas em favor de crianças e adolescentes que se encontrem com seus direitos fundamentais violados, consoante o disposto no art. 136, I, e no art. 101, I a VI, ambos do ECA, excetuando-se as medidas protetivas previstas nos incisos VII e VIII do referido art. 101, que são de exclusiva aplicabilidade pela autoridade judiciária, no âmbito de processo judicial deflagrado sob o crivo do contraditório e da ampla defesa;

**CONSIDERANDO** que as decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse (art. 137 do ECA);

**CONSIDERANDO** que a remessa dos expedientes do “Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Disque 100” ou do serviço “Disque Denúncia” visa, em regra, a fornecer elementos para a atuação do Ministério Público na fiscalização do Conselho Tutelar;

**CONSIDERANDO** a necessidade de evitar a instauração de procedimentos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público apenas como instrumento de substituição do Conselho Tutelar;

**CONSIDERANDO** o Termo de Compromisso Operacional celebrado entre o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ) e o Ministério das Mulheres, Desigualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, no qual constam, expressa e taxativamente, nos itens 3.1.6.1 a 3.1.6.4, as hipóteses em que as denúncias oriundas do disque-100 deverão ser encaminhadas diretamente ao Ministério Público, quais sejam: I. quando o suspeito da violação de direito for alguma autoridade, agente público ou pessoa influente; II. quando a denúncia tratar da falta/inexistência de um equipamento, programa ou serviço da política de atendimento da criança e do adolescente; III. quando apontarem denúncias de irregularidades em entidades de atendimento e qualquer outra instituição que atenda crianças e adolescente; IV. nos casos de direitos individuais de criança e adolescente, quando houver elementos mínimos que indiquem eventual omissão da autoridade responsável pela apuração da violação de direito;

**CONSIDERANDO** a manifestação do CAOPIJ-MPPE, exteriorizada no expediente Arq. 2016/2392430;

RESOLVEM

Art. 1º – Recomendar, sem caráter normativo, aos membros do Ministério Público que atuam nos órgãos de execução com atribuição na área da infância e da juventude que:

ao receberem expedientes oriundos do “Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Disque 100”, do serviço “Disque Denúncia” ou da Ouvidoria do MPPE referentes fatos que exijam exclusivamente a atuação do Conselho Tutelar, visando à aplicação de medida protetiva dentre aquelas previstas nos incisos I a VI do art. 101 da Lei Federal no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ou não estejam inseridas nas hipóteses previstas nos itens 3.1.6.1 a 3.1.6.4 do Termo de Compromisso Operacional, a seu critério, encaminhem-nos ao Conselho Tutelar para adoção das medidas que lhe competem;

se dentre os expedientes e procedimentos extrajudiciais em tramitação na Promotoria de Justiça houver algum que investigue fatos da mesma natureza dos referidos na alínea anterior, que analise a possibilidade de promover o arquivamento dos autos, encaminhando, se entender pertinente, as cópias necessárias para a atuação do Conselho Tutelar.

Art. 2º – Para acompanhamento das providências adotadas pelo Conselho Tutelar a partir dos expedientes que lhe forem encaminhados nos termos desta Recomendação, deverão os membros do Ministério Público realizar, ao menos semestralmente, inspeção na sede do respectivo Conselho e promover as medidas judiciais e extrajudiciais que entenderem cabíveis de acordo com cada caso.

Art. 3º – Publique-se. Registre-se.

Recife, 15 de setembro de 2016

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda  
Procurador-Geral de Justiça

Renato da Silva Filho  
Corregedor-Geral do MPPE

PORTARIA POR-PGJ Nº 2.003/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;



**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**  
Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**  
Fernando Barros de Lima

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
Lais Coelho Teixeira Cavalcanti

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS**  
Clênio Valença Avelino de Andrade

**CORREGEDOR-GERAL**  
Renato da Silva Filho

**CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO**  
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

**OUIDOR**  
Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

**SECRETÁRIO-GERAL**  
Aguinaldo Fenelon de Barros

**CHEFE DE GABINETE**  
José Bispo de Melo

**COORDENADOR DE GABINETE**  
Petrúcio José Luna de Aquino

**ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
Evângela Andrade

**JORNALISTAS**  
Alana Moreira, Giselly Veras, Isa Maria, Izabela Cavalcanti, Miguel Rios e Bruno Bastos

**ESTAGIÁRIOS**  
Vinicius Maranhão Marques de Melo e Luiza Ribeiro (Jornalismo), Maria Eduarda Rocha (Publicidade)

**RELAÇÕES PÚBLICAS**  
Evângela Andrade

**PUBLICIDADE**  
Andréa Corradini, Leonardo Martins

**DIAGRAMAÇÃO**  
Bruno Bastos, Giselly Veras e Izabela Cavalcanti

Rua do Imperador D. Pedro II, 473,  
Ed. Roberto Lyra, Santo Antônio, Recife-PE  
CEP. 50.010-240 fone 3303-1259 / 1279 - fax 3419 7160  
imprensa@mppe.mp.br  
ouvidoria (81) 3303-1245  
ouvidor@mppe.mp.br

www.mppe.mp.br

**CONSIDERANDO** que o servidor solicitou averbação em ficha funcional de curso de graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que o servidor preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativo e ter cumprido o estágio probatório;

**CONSIDERANDO** que o curso de graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC;

**CONSIDERANDO**, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 195/2016;

RESOLVE:

**I - PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL** o servidor do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 25/08/2016.

QUADRO PERMANENTE ATIVO

Nome	Matrícula	Cargo/área / especialidade	Data de admissão	Classe	Observação
Almir Mendes Ventura	189.341-6	Técnico Ministerial – Eletrônica	04/10/2012	B	Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Processo 74360/2016

II - Devido a restrições orçamentárias, os efeitos financeiros desta Portaria serão viabilizados conforme a disponibilidade orçamentária e financeira.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 15 de setembro de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ Nº 2.004/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que o servidor solicitou averbação em ficha funcional de curso de graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que o servidor preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativo e ter cumprido o estágio probatório;

**CONSIDERANDO** que o curso de graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC;

**CONSIDERANDO**, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 189/2016;

RESOLVE:

**I - PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL** o servidor do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 24/08/2016.

QUADRO PERMANENTE ATIVO

Nome	Matrícula	Cargo/área /especialidade	Data de admissã	Classe	Observação
Henrique Luiz Holanda de Melo Junior	189.375-0	Técnico Ministerial – Telecomunicações	31/10/2012	B	Curso de Engenharia Elétrica – Processo 74302/2016

II - Devido a restrições orçamentárias, os efeitos financeiros desta Portaria serão viabilizados conforme a disponibilidade orçamentária e financeira.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 15 de setembro de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ Nº 2.005/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora solicitou averbação em ficha funcional de curso de pós-graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativa e ter cumprido o estágio probatório;

**CONSIDERANDO** que o curso de pós-graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC e ser relacionado com as atribuições do cargo;

**CONSIDERANDO**, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 174/2016;

RESOLVE:

**I - PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL** a servidora do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 05/08/2016.

QUADRO PERMANENTE ATIVO

Nome	Matrícula	Cargo/área / especialidade	Data de admissão	Classe	Observação
Rita de Cássia Nascimento de Santana	189.471-4	Técnico Ministerial – Área Administrativa	18/03/2013	C	Curso de Especialização em Direito Administrativo – Processo nº 73556/2016.

II - Devido a restrições orçamentárias, os efeitos financeiros desta Portaria serão viabilizados conforme a disponibilidade orçamentária e financeira.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 15 de setembro de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA